

LEI COMPLEMENTAR N150 de 27 de Março de 2018.

“DISPO SOBRE A PRESERVAAO DO PATRIMONIO HISTORICO, CULTURAL E NATURAL DO MUNICÍPIO DE GUATAPAR, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMONIO CULTURAL E INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE PROTEAO DO PATRIMONIO CULTURAL DE GUATAPAR.”

JURACY COSTA DA SILVA, Prefeito Municipal de Guatapar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuioes legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Guatapar aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO PATROMINIO HISTORICO, CULTURAL E NATURAL

Art. 1. A preservaao do Patrimonio Historico, Cultural e Natural do Município de Guatapar  dever de todos os seus cidadãos.

1 O Poder Público Municipal dispensará proteao especial ao patrimonio historico, cultural e natural do Município, segundo os preceitos desta Lei e de regulamentos para tal fim.

2 A presente Lei Complementar se aplica às coisas pertencentes tanto às pessoas físicas, como às pessoas jurídicas de direito privado ou de direito público interno.

Art. 2. O Patrimonio Historico, Cultural e Natural do Município de Guatapar  constituído por bens móveis e imóveis, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, existentes em seu território e cuja preservaao seja de interesse público, dado o seu valor historico, artístico, ecológico, bibliográfico, documental, religioso, folclórico, etnográfico, arqueológico, paleontológico, paisagístico, turístico ou científico.

Art. 3. Para fins da presente Lei Complementar, os termos e expressoes a seguir são assim definidos:

I – tombamento:  a submissao de certo bem, público ou particular, a um regime especial de uso, e realiza-se através de procedimento administrativo, conduzindo ao ato final de inscriao da coisa num dos livros de tomo, expedindo-se a correspondente notificaao ao proprietário do bem a ser tombado, objetivando a oportunidade de defesa.

II – coisas tombadas: permanecem no domínio e posse de seus proprietários, não podendo em caso algum ser demolidas, destruídas ou mutiladas, nem pintadas ou reparadas, sem prévia autorizao do órgão competente.

Art. 4. O município procederá ao tombamento dos bens que constituem o seu Patrimnio Histórico, Cultural e Natural segundo os procedimentos e regulamentos desta lei, através do Conselho Municipal do Patrimnio Cultural – COMPAC e com a sua inscrio, isolada ou agrupadamente, no competente Livro do Tombo Municipal.

Art. 5. Fica instituído o Livro do Tombo Municipal destinado  inscrio dos bens que o Conselho Municipal do Patrimnio Cultural considerar de interesse de preservao para o Município.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMNIO CULTURAL

Art. 6. Fica criado o Conselho Municipal do Patrimnio Cultural – COMPAC, de caráter deliberativo e consultivo, integrante da Secretaria Municipal de Administrao.

1 O Conselho será composto pelo Secretário Municipal de Guatapar, na condio de Presidente, por um servidor com lotao na Secretaria Municipal da Educao na condio de Secretário e por mais 03 (cinco) membros da comunidade que demonstrarem interesse pela preservao da cultura local.

2 Os membros que farão parte do Conselho Municipal do Patrimnio Cultural serão nomeados por Decreto pelo Prefeito Municipal para um mandato de 03 (três) anos.

3 Em cada processo o Conselho poderá ouvir a opinião de especialistas que poderão ser técnico-profissionais da área de conhecimento específico ou representantes da comunidade de interesse do bem em análise.

4 O exercício das funoes de Conselheiro  considerado de relevante interesse público e não poderá ser remunerado.

5 O Conselho elaborar o seu regimento interno no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da posse de seus Conselheiros.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE TOMBAMENTO

Art. 7º. O tombamento processar-se- mediante Ato Administrativo, ouvindo o Conselho Municipal do Patrimnio Cultural, por iniciativa:

- a) do proprietário;
- b) de qualquer do povo, mediante proposta escrita, da qual constem elementos suficientes de identificao do bem a ser tombado;
- c) a juízo do Conselho Municipal do Patrimnio Cultural.

Art. 8º. Instaurado o processo de tombamento, passam a incidir sobre os bens as limitaes ou restries administrativas prrias do regimento de preservao de bem tombado, até decisão final.

Art. 9º. Se o processo de tombamento for de iniciativa do proprietário, este deve protocolar requerimento dirigido ao Prefeito, instruido com a documentao indispensável para a descrio do bem e declarao de que se obriga a conservar o bem, sujeitando-se às cominaes legais.

1º Quando o requerente não puder assumir a obrigao de conservao prevista no caput deste artigo, deverá declarar as razões da impossibilidade.

2º O requerimento do proprietário poderá ser indeferido a juízo do Conselho Municipal do Patrimnio Cultural, com fundamento em parecer técnico, caso o bem não tenha os requisitos necessários para integrarem o Patrimnio Histórico, Cultural e Natural do Município.

Art. 10. Se a iniciativa do tombamento for do Conselho Municipal do Patrimnio Cultural ou se o requerimento for deferido, o proprietário será notificado por carta registrada com Aviso de Recebimento – AR para, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, oferecer impugnao.

1º Quando desconhecido, ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontra o proprietário, a notificao far-se- por edital, publicado 01 (uma) vez no Diário Oficial do Município e 01 (uma) vezes em jornal de circulao regional.

2º A notificao de tombamento deverá conter:

I – o nome do órgão responsável pelo ato e do proprietário com a respectiva qualificao, titularidade e endereço;

II – os fundamentos de fato e de direito que justificam e autorizam o tombamento;

III – a descrio e caracterizao do bem quanto ao:

- a) gnero, espécie, qualidade, quantidade, estado de conservao;

b) lugar em que se encontre;

c) tratando-se de bem imovel, a descrição deverá ser feita com a indicação de suas benfeitorias, características, localização, logradouro, número, nome dos confrontantes e denominação, se houver.

IV – as limitaoes, obrigaoes ou direitos que decorram do tombamento e as cominaoes;

V – a advertência de que o bem será definitivamente tombado e integrado ao Patrimnio Histórico, Cultural e Natural do Município, se o notificado anuir ou não se opor ao ato, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento desta;

VI – a data e a assinatura da autoridade responsável.

Art. 11. No prazo previsto no artigo anterior, o proprietário, possuidor ou detentor do bem poderá opor-se ao tombamento através de impugnação escrita e fundamentada, dirigida  autoridade responsável pelo tombamento, a qual será autuada em apenso ao processo principal e deverá conter:

I – a qualificação e a titularidade do impugnante em relação ao bem;

II – a descrição e a caracterização do bem, na forma prescrita no inciso III, do artigo anterior.

III – os fundamentos de fato e de direito pelos quais se opõe ao tombamento, que, necessariamente, deverão versar sobre:

a) a inexistência ou nulidade da notificação;

b) a exclusão do bem dentre os mencionados no artigo 2 desta lei complementar;

c) a perda ou perecimento do bem;

d) ocorrência de erro substancial contido na descrição do bem;

IV – as provas que demonstram veracidade dos fatos alegados.

1 Será liminarmente rejeitada a impugnação, quando:

a) intempestiva;

b) não se fundar em qualquer dos fatos mencionados no inciso III do presente artigo;

c) houver manifesta ilegitimidade do impugnante.

2 Recebida a impugnação e examinada pelo setor competente, será determinada:

I – a expedição ou renovação da notificação do tombamento, no caso da inexistência ou nulidade da notificação anterior;

II – a remessa dos autos nos demais casos, ao Conselho Municipal do Patrimnio Cultural para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, emitir pronunciamento fundamentado sobre a matéria de fato e de direito argüida na impugnação, podendo ratificar, retificar ou suprimir o que for necessário para a efetivação do tombamento e a regularidade do processo ou acolher as razões da impugnação.

III – Findo este prazo, os autos são remetidos ao Chefe do Poder Executivo para decisão final, que decidirá no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Art. 12. Não havendo impugnação ao tombamento, o Conselho Municipal do Patrimnio Cultural manifestar-se-, mediante Resolução, no prazo previsto no inciso II do parágrafo 2 do artigo 11, e o Chefe do Poder Executivo, decidirá no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Art. 13. Se a decisão do Conselho determinar o tombamento do bem, na Resolução deverá constar:

I – Descrição do bem;

II – Fundamentação das características pelas quais o bem será incluído no Livro Tombo;

III – Definição e delimitação da preservação e os parâmetros de futuras instalações e utilizações;

IV – As limitações impostas ao entorno e ambiência do bem tombado, quando necessário;

V – No caso de bens móveis, o procedimento para sua saída do município;

VI – No caso de tombamento de coleção de bens, relação das peças componentes da coleção e definição de medidas que garantam sua integridade.

Parágrafo nico. Se a decisão do Conselho for contrária ao tombamento, imediatamente são suspensas as limitações impostas pelo artigo 8 da presente lei e será dado conhecimento  parte interessada.

Art. 14. Se a decisão do Chefe do Poder Executivo determinar o tombamento do bem, o mesmo fará o Ato, por meio de Decreto.

Art. 15. O ato do tombamento será publicado e inscrito no Livro Tombo Municipal, conforme Capítulo IV.

Art. 16. Publicado o ato do tombamento, o proprietário será notificado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 17. Em se tratando de bem imóvel, promover-se- o registro do tombamento no Registro de Imóveis,  margem de transcrição do domínio relativamente ao proprietário do imóvel tombado e aos vizinhos, se o tombamento implicar restrições aos bens do entorno.

CAPÍTULO IV

DA INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO

Art. 18. O livro tombo será único, sendo que a inscrição dos bens deverá contemplar as seguintes especificações, de acordo com o tipo do bem:

I – bens imóveis:

- a) número do processo;
- b) identificação do monumento;
- c) identificação do proprietário;
- d) endereço do imóvel;
- e) descrição do bem tombado;
- f) natureza da obra;
- g) caráter do tombamento;
- h) número do ato de tombamento e data de publicação;

II – bens móveis e documentos:

- a) número do processo;
- b) descrição das características do bem e condições, regime de conservação;
- c) condição de que bens públicos móveis não devem sair do Município;
- d) compromissos para cedências para mostras fora do Município;
- e) número do ato de tombamento e data de publicação.

III – bens naturais/paisagísticos:

- a) número do processo;

- b) descrição da paisagem;
- c) descrição do cone visual a ser preservado;
- d) limitações para garantir a integridade visual;
- e) identificação de marcos visuais que não podem ser alterados;
- f) número do ato de tombamento e data de publicação.

Art. 19. Todos os registros do livro tomo serão numerados.

Art. 20. A Secretaria Municipal de Administração  o órgão competente para efetuar qualquer registro e averbação no livro tomo, sendo também o órgão responsável pela sua guarda.

CAPÍTULO V

DA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS TOMBADOS

Art. 21. Os bens tombados deverão ser conservados e, em nenhuma hipótese, poderão ser demolidos, destruídos ou mutilados, devendo aos bens naturais ser assegurada a normal evolução dos ecossistemas.

1 As obras de conservação, restauração ou alteração do bem tombado, somente poderá ser feita em cumprimento aos parâmetros estabelecidos na decisão do COMPAC, cabendo a Secretaria Municipal de Administração a conveniente orientação.

2 Havendo dvida em relação às prescrições do COMPAC, haverá novo pronunciamento que, em caso de urgência, poderá ser feito, ad referendum, pela Secretaria Municipal de Administração.

Art. 22. O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Município a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.

 1 Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, a Secretaria Municipal de Administração poderá executá-las, a expensas do Município, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de 6 (seis) meses, ou segundo a conveniencia e a oportunidade da Administração providenciar a desapropriação da coisa.

 2  falta de qualquer das providências previstas no parágrafo anterior, poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa.

§ 3º Uma vez que verifique haver urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, poderá a Secretaria Municipal de Administração tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las, a expensas do Município, independentemente da comunicação a que alude este artigo, por parte do proprietário.

Art. 23. Os bens tombados de propriedade do município podem ser entregues com permissão de uso a particulares, sendo estabelecidas as condições de preservação pelo COMPAC.

Art. 24. No caso de perda, extravio, furto ou danos parciais ou totais do bem tombado, o proprietário deverá dar conhecimento do fato ao Município, no prazo máximo de 72hs (setenta e duas horas), sob pena de multa equivalente a 150 UFESPs

Parágrafo nico. Recebida a comunicação ou ciente do fato por qualquer meio, o órgão responsável instaurar sindicância.

Art. 25. O deslocamento ou transferência de propriedade do bem móvel tombado deverá ser comunicado ao Município, pelo proprietário, possuidor, adquirente ou interessado.

Parágrafo nico. Qualquer venda judicial de bem tombado deverá ser autorizada pelo Município, cabendo a este o direito de preferência.

Art. 26. As Secretarias Municipais e demais órgãos da Administração Pública direta ou indireta, com competência para a concessão de licncias, alvarás e outras autorizações para construção, reforma e utilização, desmembramento de terrenos, poda ou derrubada de espécies vegetais, deverão consultar previamente a Secretaria Municipal de Administração, antes de qualquer deliberação, em se tratando de bens tombados, respeitando as respectivas áreas envoltórias.

Art. 27. Sem prévia autorização, não poderá ser executada qualquer intervenção física na área de influência do bem tombado que lhe possa prejudicar a ambiência, impedir ou reduzir a visibilidade ou, ainda, que, a juízo do Conselho, não se harmonize com o seu aspecto esttico ou paisagístico.

Parágrafo nico. A vedação contida no presente artigo estende-se  colocação de painéis de propaganda, tapumes, vegetação de porte ou qualquer outro elemento.

Art. 28. Os bens tombados ficam sujeitos  proteção e vigilância do Município, que poderá inspecioná-los sempre que julgar necessário, não podendo os proprietários ou responsáveis impedir por qualquer modo a inspeção.

Art. 29. O bem móvel tombado não poderá ser retirado do Município, salvo por curto prazo e com finalidade de intercâmbio cultural, a juízo do órgão competente.

CAPÍTULO VI

DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEAO DO PATRIMONIO CULTURAL

Art. 30. Fica instituído o Fundo Municipal de Proteao do Patrimonio Cultural – FUNPAC de Guatapar, gerido e representado ativa e passivamente pelo Conselho Municipal do Patrimonio Cultural - COMPAC, cujos recursos serão destinados  execução de serviços e obras de manutenção e reparos dos bens tombados, a fundo perdido ou não, assim como a sua aquisição na forma a ser estipulada em regulamento.

Art. 31. Compete ao FUNPAC:

I – registrar os recursos orçamentários proprios do Município ou a ele transferidos para preservação dos imoveis inscritos no Cadastro do Patrimonio Historio, Cultural e Natural;

II – registrar os recursos captados pelo Município através de convênios ou por doações ao Fundo;

III – manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito pelo Município, nos termos das resoluções do Conselho;

IV – liberar os recursos a serem aplicados na preservação dos imoveis inscritos no Cadastro, de que trata o inciso I, deste artigo.

Art. 32. Constituirão receita do FUNPAC de Guatapar:

I – dotações orçamentárias;

II – doações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências e legados de entidades nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais;

III – receitas oriundas das multas aplicadas com base nesta lei;

IV – os rendimentos provenientes da aplicação financeira dos seus recursos;

V – quaisquer outros recursos ou rendas que lhe sejam destinados.

Art. 33. O Município, por intermédio do FUNPAC, poderá justar contrato de financiamento ativo, bem como celebrar convênios e acordos, com pessoas físicas ou jurídicas tendo por objetivos as finalidades do fundo.

Art. 34. O FUNPAC funcionará junto a Secretaria Municipal de Administração, sob a orientação do COMPAC, valendo-se de pessoal daquela unidade.

Art. 35. Aplicar-se-o ao FUNPAC as normas legais de controle, prestao e tomadas de contas em geral, sem prejuo de competência específica do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 36. Os relatórios de atividades, direitos e despesas do FUNPAC serão apresentados anualmente  Secretaria Municipal da Fazenda.

CAPÍTULO VII

DOS INCENTIVOS TRIBUTÁRIOS

Art. 37. Os proprietários dos imóveis inscritos no Cadastro do Patrimnio Histórico, Cultural e Natural Municipal poderão receber incentivos tributários, visando a mantê-los conservados e com suas características originais.

 1 O incentivo tributário de que trata este artigo poderá ser:

I – iseno de imposto sobre propriedade predial e territorial urbana - IPTU, desde que respeitadas suas características originais;

II – iseno de imposto sobre:

a) serviço de qualquer natureza no que se refere a obras ou serviços de reforma, restaurao ou conservao de edificaes visando a recolocá-los ou mantê-los em suas características originais;

b) transmissão de imóveis, desde que o novo proprietário assumo o compromisso existente quanto  preservao do imóvel;

III – iseno de taxa de licença municipal de:

a) aprovao e execuo de obras e instalaes necessárias  manuteno e/ou recuperao dos imóveis cadastrados ou tombados;

b) instalao de letreiros ou denominaes de estabelecimentos comerciais, observada a legislao específica;

c) localizao e funcionamento de estabelecimentos comerciais e de prestao de serviços.

IV – iseno de taxa de contribuio de melhoria, referente ao imóvel tombado.

V – transferência de potencial construtivo do imóvel.

2 Por características originais dos imóveis, compreende-se a manuteno de sua morfologia e de sua arquitetura, inclusive das fachadas.



§3º As isenoes de que trata esta lei serão proporcionais ao estado de conservaao do imovel preservado, que, no caso do IPTU, obedecera aos seguintes parametros:

- I – Estado de Conservaao Precario: 5% (cinco por cento) de desconto;
- II – Estado de Conservaao Medio: 20% (vinte por cento) de desconto;
- III – Estado de Conservaao Bom: 40% (quarenta por cento) de desconto;
- IV – Estado de Conservaao Excelente: 100% (cem por cento) de desconto.

§ 4º As isenoes das taxas e dos tributos a que se refere o § 1º entrara em vigor no exercicio seguinte auele em que se efetivou o tombamento da coisa.

§ 5º Os incentivos de que trata este artigo podera ser revogado a criterio da Administraao Municipal.

Art. 38. Os pedidos de incentivos deverao ser apresentados ao Municipio, individualizados por tributo e por imovel, com identificaao completa deste e do seu titular.

Art. 39. Recebido o pedido, o setor responsavel, ouvido o Conselho Municipal do Patrimonio Cultural, avaliara o estado de conservaao do imovel solicitante e informara o valor do desconto proporcional.

Art. 40. Os incentivos que trata este Regulamento serao concedidos por meio de Decreto do Poder Executivo.

Art. 41. A concessao de descontos nao gera direito adquirido e sera anulada se for apurado, posteriormente, que os elementos contidos no requerimento nao satisfaziam ou deixaram de satisfazer as hipoteses excludentes de tributaao, caso em que o tributo sera cobrado com acrescimo de mora, de atualizaao monetaria e mais a penalidade aplicavel, se houver dolo ou simulaçao do contribuinte.

CAPITULO VIII

DAS PENALIDADES

Art. 42. O descumprimento das obrigaoes decorrentes do tombamento sera apurado em sindicancia a ser instaurada pelo Municipio, onde se averiguara a responsabilidade e os danos causados ao bem tombado.

Art. 43. O Poder Executivo, independentemente da fase em que se encontre a sindicancia, ou mesmo antes da sua instauraao, notificara o proprietario para tomar as providencias necessarias para evitar o dano do bem ou o risco a comunidade, em prazo assinalado de



acordo com as circunstâncias e com as obras indicadas, sob pena de execução direta pelo poder público e ressarcimento aos cofres públicos pelas despesas realizadas.

Art. 44. A confirmação da infração a qualquer dispositivo da presente lei implicará em multa de até 150 UFESPs e se houver como consequência demolição, destruição ou mutilação do bem tombado de até 300 UFESps.

 1 A aplicação da multa não desobriga  conservação, restauração ou reconstrução do bem tombado.

 2 As multas terão seus valores fixados pela Secretaria Municipal de Administração, conforme a gravidade da infração, devendo o montante ser recolhido,  Fazenda Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias da notificação, ou no mesmo prazo ser interposto recurso ao COMPAC.

Art. 45. Todas as obras e coisas construídas ou colocadas em desacordo com os parâmetros estabelecidos no tombamento ou sem observância da ambiência ou visualização do bem tombado deverão ser demolidas ou retiradas.

Parágrafo nico. Se o responsável não o fizer no prazo determinado, o Poder Público o fará e será ressarcido pelo responsável.

Art. 46. Todo aquele que, por ação ou omissão, causar dano a bem tombado responderá pelos custos de restauração ou reconstrução e por perdas e danos, sem prejuízo da responsabilidade criminal.

Art. 47. O agente da administração que incorrer em omissão relativamente  observância dos prazos previstos nesta Lei Complementar para a efetivação do tombamento ficará sujeito às penalidades funcionais.

Art. 48. A autoridade administrativa, uma vez comprovado o descumprimento das obrigações decorrentes do tombamento encaminhará ao Ministério Público os elementos necessários a fim de que tome providências cabíveis na sua esfera de competência.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



GUATAPAR

JUNTOS PELA MUDANÇA

Art. 49. O Poder Executivo providenciará a realizao de convênio com a União e o Estado, bem como acordo com pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, visando  plena consecuao dos objetivos da presente Lei Complementar.

Art. 50. Enquanto não for criado o órgão próprio para execuo das medidas aqui previstas, o Chefe do Poder Executivo incumbirá um de seus órgãos já existentes que mais de capacitar para esse fim.

Art. 51. Aplica-se, no que couber, a legislao federal e estadual, subsidiariamente.

Art. 52. As despesas decorrentes com a aplicao da presente Lei Complementar, correrão  conta de dotaoes específicas, consignadas nos orçamentos pertinentes.

Art. 53. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicao, revogadas as disposioes em contrário.

PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZOITO.

PUBLICADA, REGISTRADA E AFIXADA NO PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA SUPRA.

JURACY COSTA DA SILVA
Prefeito municipal

AILTON APARECIDO DA SILVA
Secretário Municipal de Administrao